



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

Gabinete da Juíza Conselheira

Sentença nº 19/2015

Nota Prévia:

Neste processo foi proferida a sentença de fls 63/ss, e, dela, foi interposto recurso para o Tribunal Constitucional, que, para o que agora interessa, proferiu a Decisão Sumária seguinte:

«c) Não julgar inconstitucionais as normas dos artigos 66º, 77º, nº. 4, e 78º, nº 4, al, e), da LOPTC, e no artº 76º do Regulamento Geral do Tribunal de Contas, quando interpretadas no sentido de permitirem ao juiz a iniciativa de acusar, instruir e sentenciar nos processos de aplicação de multa a que se refere o art.º 66º da LOPTC;

d) Não julgar inconstitucional a norma do artº 76º do Regulamento Geral do Tribunal de Contas;

e) Aplicar a declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral constante do Acórdão nº 801/2014, da norma constante do nº 8 do artº 5º da Lei nº 19/2013, na redação que lhe foi dada pelo arº. 1º da Lei nº 55/2010, de 24 de dezembro; e, em consequência,

e)...determinando-se a reforma da decisão recorrida em conformidade com os juízos de não inconstitucionalidade constantes das alíneas c) e d) » (Cfr Decisão Sumária nº nº 24/2015, de 12/1/2015, fls 111/ss).

*

Segue DECISÃO:

*

Nestes autos de aplicação de multa nos termos do art.º 66º, 1, c) da LOPTC, é demandado JORGE MOREIRA DE SOUSA (há lapso, sem qualquer relevância, no nome indicado na Decisão Sumária nº 24/2015, do Tribunal Constitucional e que ora se corrige, por ser Jorge **Moreira** de Sousa e não Jorge Manuel de Sousa), deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

A infração imputada resultou da não entrega dos elementos que o Tribunal lhe solicitou pelos ofícios nºs 896, de 15/4/2013 e 1533, de 14/6/2013, sem que apresentasse justificação procedente.



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

Gabinete da Juíza Conselheira

Em devido tempo, pronunciou-se ele sobre a matéria da infração (neste particular será considerada, apenas, a matéria não decidida pelo Tribunal Constitucional), esclarecendo:

- Ter um cargo exclusivamente político e não ser “contável” por não ter, nem nunca ter tido a seu cargo a gestão dos dinheiros publicos em causa;
- Que enquanto deputado, e diante dos factos que lhe são imputados, não poder ser demandado sem prévio levantamento da imunidade, nos termos do artº 23º do EPARAM;
- Não ter sido cumprido o contraditório.

O Tribunal é o competente (art.ºs 202.º e 214.º da CRP e 1.º n.º 1, 58.º, n.º 4 e 78.º, n.º 4, alínea e) da LOPTC.

Não existem exceções, nulidades ou questões prévias que compita apreciar.

O processo está instruído com a resposta do demandado e com os elementos probatórios necessários à decisão.

Da análise da prova se extrai o facto fundamental e decisivo:

JORGE MOREIRA DE SOUSA, deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, na sequência de notificação nesse sentido, não remeteu ao Tribunal a documentação comprovativa da aplicação concreta dada às quantias recebidas da Assembleia Legislativa em 2008, 2009 e 2010, a título de subvenção; não identificou os responsáveis diretos pela movimentação dessas quantias; não identificou as contas bancárias e respetivos titulares, para as quais a ALM havia transferido as verbas; não remeteu os documentos comprovativos dos saldos às datas de 1/1/2008, 31/12/2009 e 31/12/2010 e não apresentou qualquer justificação.

Em abstrato, este procedimento consubstancia infração punida com multa, como resulta do art.º 66º, n.º 1, c), em devida conjugação com as normas do n.º 2 do art.º 66º, 77º, n.º 4, 78º, n.º 4, e), e 104º, c) da LOPTC e 76º do Regulamento Geral do Tribunal de Contas.



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

Gabinete da Juíza Conselheira

Esta multa é de carácter processual, destinando-se a sancionar o incumprimento do dever de colaboração com o Tribunal, sendo meramente instrumental do processo principal, por visar, em primeira linha, a concretização do referido dever de colaboração com o tribunal.

A graduação da multa é feita em função do dolo ou da negligência que tenham sido postos no cometimento da infração.

Na descrita factualidade - não apresentação de elementos, nem de justificação - a questão primordial e única, é a de saber se o demandado, enquanto deputado da Assembleia Legislativa Regional tinha (ou tem) o dever jurídico de diligenciar pela remessa dos documentos solicitados e, conseqüentemente, ser sancionado pelo incumprimento do dever de colaboração com o tribunal.

Sobre a qualidade em que estava investido (deputado da Assembleia Legislativa Regional) não há qualquer dúvida; e quanto a ser-lhe exigível (na situação em análise), comportamento traduzido no dever de colaboração com entidades jurisdicionais, também não. Por um lado, porque nos termos da LOFAR (Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, art^{os} 46^o e 47^o), EPARAM (Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira - art.^o 46^o), Jurisprudência Constitucional e Doutrina, não lhe incumbe a prestação de contas pelo destino das verbas concedidas aos grupos e representações na Assembleia Legislativa Regional. Por outro, porque deputado que integre grupo parlamentar não é o beneficiário imediato da verba, não lhe cabendo conservar os documentos justificativos de despesa efetuada na atividade parlamentar, muito embora os deva transmitir às estruturas competentes do grupo do partido respetivo. Por outro, ainda, porque JORGE MOREIRA DE SOUSA, não lidou com o dinheiro atribuído, não fez pagamentos, nem assumiu responsabilidades pelos gastos assumidos pelo partido ou GP.

Posto isto, a conclusão a extrair é a de que não só não estavam à disposição do demandado os documentos solicitados, mas também que a obrigação de os apresentar



Tribunal de Contas

Secção Regional da Madeira

Gabinete da Juíza Conselheira

não lhe incumbe, de modo que a JORGE MOREIRA DE SOUSA não pode ser imputado incumprimento do dever de colaboração com o Tribunal.

Esta conclusão prejudica o conhecimento das demais questões levantadas neste processo.

Pelo exposto e sem necessidade de mais considerações **decido**:

1. Não aplicar a multa referida no art.º 66º, 1, c) e 2 da LOPTC, a JORGE MOREIRA DE SOUSA, por não se provar a sua autoria na infração que lhe foi atribuída.
2. Ordenar o arquivamento do processo.
3. Notifique JORGE MOREIRA DE SOUSA.
4. Notifique o Exmo. Magistrado do Ministério Público.
5. Registe.

Funchal, 6 de Fevereiro de 2015

A Juíza Conselheira

Laura Tavares da Silva